



INFORMATIVO GIAC 223, de 17 de setembro de 2021

Aos membros do Ministério Público brasileiro

Considerando as informações acerca das ações de enfrentamento da Covid-19 e os questionamentos recebidos pelo gabinete, o Giac tem a informar o que se segue:

Após questionamento do MPF, Ministério da Saúde encaminhou informações sobre a aquisição e entrega de agulhas, seringas e ultrafreezers para operacionalização da vacinação contra a covid-19

Após tomar conhecimento do déficit de seringas e agulhas para aplicação da vacina contra a covid-19 Comirnaty, da Pfizer/BioNTech, e o não envio de ultrafreezers às unidades da federação para acondicionamento desse imunizante, o Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac) encaminhou solicitação de esclarecimentos ao Ministério da Saúde, mediante expedição do Ofício nº 247/2021, bem como remeteu ao órgão Recomendação subscrita pela Procuradoria da República em Alagoas.

Em resposta, a pasta da Saúde informou que, em regra, as aquisições de seringas e agulhas seriam de responsabilidade dos entes federados, cabendo à União o fornecimento dos imunobiológicos necessários para execução das ações de imunização.

Contudo, a fim de operacionalizar o plano nacional de imunização, o órgão explicou que trabalha com diversas frentes para compra desses insumos e citou a dificuldade na aquisição das seringas de 1ml utilizadas para administração da vacina da Pfizer: "Informamos ainda, que o fornecimento de seringas de 1ml não está acompanhando o volume de vacinas da Pfizer que chega semanalmente. Dessa forma, a Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações - CGPNI, publicou a [Nota Técnica nº 996/2021-CGPNI/DEIDT/SVS/MS](#) (0022495765) e a dificuldade na aquisição desse insumo específico foi relatada no tópico II. À vista disso, foi indicada a flexibilização de uso das seringas de 3ml, com agulha de 23 a 25G, para uso alternativo temporário, na Campanha Nacional de Vacinação contra a Covid-19, mesmo para vacinas do fabricante Pfizer".

No que se refere à doação e entrega dos freezers de ultrabaixa temperatura para armazenamento e conservação do imunizante Comirnaty, o Ministério da Saúde afirmou que, com exceção das Secretarias de Saúde do Amazonas e Distrito Federal, todos os termos de doação já foram assinados pelos respectivos Secretários Estaduais de saúde e pelo Secretário de Vigilância em Saúde do MS. De acordo com o órgão, aguarda-se, no momento, a resolução dos trâmites relativos ao transporte dos ultrafreezers.

Íntegra

[Ofício nº 2473/2021/SVS/MS](#)

[Ofício nº 2474/2021/SVS/MS](#)

Fonte: Ministério da Saúde; Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19

Estado da Paraíba acatou recomendação do MPF e respeitará ordem de prioridade da vacinação contra a covid-19

A Secretaria de Saúde da Paraíba informou que o Governador João Azevedo acatou recomendação do Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac), e o Estado respeitará a ordem de prioridade da vacinação contra a covid-19 estabelecida no Programa Nacional de Imunizações (PNI).

De acordo com o PNI, antes de vacinar adolescentes sem comorbidades, devem ser completamente imunizados adolescentes com deficiências permanentes ou comorbidades, gestantes, puérperas e os privados de liberdade, além de todas as pessoas maiores de 18 anos.

Segundo decisão da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) da Paraíba, os idosos acima de 70 anos também têm prioridade para receber a terceira dose ou dose de reforço antes dos adolescentes sem comorbidades, desde que o município tenha imunizantes em estoque e que o idoso tenha tomado a dose única ou segunda dose do imunizante há mais de seis meses. Pessoas com alto grau de imunossupressão, cuja dose única ou segunda dose do esquema básico tenha sido administrada há pelo menos 28 dias, também têm prioridade.

Busca ativa - Ainda seguindo a recomendação do Giac, a Paraíba, por meio da Coordenação Estadual de Imunização, oficiou aos coordenadores de imunização municipais, para que intensifiquem a busca ativa dos não vacinados para primeira dose e segunda dose, maiores de 18 anos. Orientou, ainda, que os municípios realizem vacinação domiciliar para aqueles com dificuldade de locomoção: idosos, pessoas com deficiência, entre outros.

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação Ministério Público Federal na Paraíba

MPF/SE, MPT/SE E DPU obtêm na Justiça Federal a correção de parte de irregularidades na concessão do auxílio emergencial

Após ação conjunta ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF/SE) e do Trabalho (MPT/SE) em Sergipe e pela Defensoria Pública da União (DPU), a Justiça Federal julgou procedente que a União, a Caixa Econômica Federal (CEF) e a Dataprev corrijam parte das irregularidades apontadas na ação sobre o processo de concessão do auxílio emergencial, em Sergipe. A sentença atendeu parcialmente os pedidos do MPF/SE, MPT/SE e DPU. No julgado, a Justiça determinou que a União e a Dataprev devem apreciar os pedidos de reanálise do auxílio emergencial no prazo de cinco dias úteis, a contar da sua formulação pelo aplicativo ou da intimação da decisão.

A sentença determinou, também, que a União não exclua e nem retenha a análise de requerimentos do auxílio a familiares de pessoas presas. A Dataprev havia informado que por orientação do Ministério da Cidadania, a análise desses pedidos estaria retida, sem que houvesse previsão legal para a medida.

Além disso, a União e a Dataprev, na verificação da condição de agente público, caso haja divergência entre as informações constantes nos bancos de dados (Cnis, Rais e Siape), farão prevalecer aquela em que conste a atualização mais recente de baixa do vínculo de emprego. Conforme a decisão, a União e a Dataprev divulgarão, ainda, informações precisas a cada requerente sobre as razões do eventual indeferimento do pedido de auxílio.

Aplicativo e Portal - A CEF deverá fornecer a opção de o usuário reportar, no aplicativo Caixa Auxílio Emergencial e ou portal digital, erros verificados nas ferramentas digitais. A instituição poderá, alternativamente, indicar órgãos de controle interno e externo para que os usuários possam indicar os problemas encontrados. Ademais, os bancos de dados utilizados e os meios para correção de dados cadastrais desatualizados serão divulgados no aplicativo ou portal.

Íntegra

[Sentença](#) (Ação Civil Pública nº 0801994-64.2020.4.05.8500)

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação do Ministério Público Federal em Sergipe

Acompanhamento das informações e medidas implementadas pelo Governo Federal no combate à pandemia

Dando continuidade ao compromisso de acompanhar as informações e medidas implementadas para combate à pandemia decorrente do coronavírus, o Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac) acompanhou as seguintes reuniões:

- **Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde**
 - 2/9/2021 - Direito à Saúde, Judicialização e Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Para acessar o resumo da reunião, clique [aqui](#).

- **Senado Federal**
 - 8/9/2021 (Comissão Temporária Covid-19) – Plano Nacional de Imunização e o cumprimento dos respectivos prazos, bem como as medidas de combate à pandemia. Para acessar o resumo da reunião, clique [aqui](#).

Próximas reuniões

Entre os dias 20 e 23 de setembro, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal realizarão audiências públicas acerca de temáticas relacionadas à Covid. Para participar e/ou consultar mais informações sobre os encontros, acesse os links:

- **Câmara dos Deputados**
 - [20/9/2021, às 10h – Importância da vacinação contra a gripe influenza em tempo de pandemia](#)
 - [21/9/2021, às 14h – Aplicação de mais uma dose de vacina contra a covid-19 no Brasil](#)

- [23/9/2021, às 10h – A covid-19 e a resposta do HIV, AIS e HV em privados de liberdade](#)

- **Senado Federal**

- [20/9/2021, às 10h – Índice de vulnerabilidade municipal em relação à covid-19 e a classificação dos municípios brasileiros no que se refere ao grau de vulnerabilidade à pandemia](#)

Fonte: Câmara dos Deputados; Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde; Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19; Senado Federal

Anvisa suspendeu a importação de anticorpos monoclonais autorizados para tratamento da covid-19, oriundos de planta fabril localizada em Indianópolis, nos EUA

Em virtude da constatação de deficiências na planta da empresa Eli Lilly, situada em Indianópolis, nos EUA, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) deliberou pela suspensão da importação dos anticorpos etesevimabe e banlanivimabe produzidos na fábrica em questão ([Resolução RE nº 3.524, de 15 de setembro de 2021](#)).

Segundo a Anvisa, a suspensão poderá ser revogada desde que a empresa demonstre, por meio de evidência completa, a adequação da planta fabril às Boas Práticas de Fabricação (BPF). O órgão informou, entretanto, que permanece autorizada a importação do medicamento em referência desde que fabricada pelas seguintes empresas:

Banlanivimabe:

- Lilly France SAS (Fegersheim, França)
- Jubilant HollisterStier LLC (Spokane, EUA).
- BSP Pharmaceuticals S.p.A. (Latina Scalo, Itália)

Etesevimabe:

- Lilly France SAS (Fegersheim, França)

Os anticorpos monoclonais etesevimabe e banlanivimabe tiveram a autorização de uso emergencial para tratamento da covid-19 aprovado no mês de abril/2021, pela Anvisa. À época, a autarquia orientou que tais substâncias deveriam ser administradas em conjunto, no caso de quadros leves e moderados doença, em adultos ou crianças acima dos 12 anos.

Resolução da Anvisa dispôs sobre critérios para importação de imunoglobulina humana

Por meio da [Resolução – RDC nº 563, de 15 de setembro de 2021](#), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) definiu os requisitos a serem observados no ato de importação e uso da imunoglobulina

humana, em virtude da emergência sanitária decorrente da covid-19.

Segundo o ato, o Ministério da Saúde, Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, bem como Unidades de Saúde poderão importar, excepcional e temporariamente, imunoglobulina humana que não possua registro sanitário, desde que o importador garanta a procedência, qualidade, segurança e eficácia do insumo e atenda aos critérios da resolução:

Critérios para importação da imunoglobulina humana, segundo a Anvisa:

- O importador deve garantir a procedência, qualidade, segurança e eficácia dos produtos importados;
- Deve ser apresentado comprovante de registro válido em país cuja autoridade regulatória competente seja membro do ICH ou de registro válido emitido por uma das autoridades sanitárias internacionais elencadas no art. 16 da Lei 14.124, de 10 de março de 2021.
- Deve ser apresentado comprovante de cumprimento de boas práticas de fabricação, ou documento equivalente, do país.
- Deve ser apresentada declaração que ateste a adoção das estratégias de monitoramento e cumprimento das diretrizes de farmacovigilância, conforme modelo constante no Anexo I da proposta.
- A análise e a anuência do processo de importação ficarão restritas à verificação da documentação estabelecida na norma, pela área responsável pela anuência do Licenciamento de Importação.
- Os lotes de imunoglobulina humana importados somente poderão ser destinados ao uso após liberação pelo Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS), nos termos da RDC 58/2010.
- Cumprimento das responsabilidades definidas na norma.

Fonte: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

[FNDE lançou livro "Pnae em tempos de pandemia: Ações Inovadoras do Programa Nacional de Alimentação Escolar"](#)

A partir das respostas extraídas de pesquisa voltada a nutricionistas e gestores da alimentação escolar em estados e municípios, promovida com a finalidade de verificar de que forma estava sendo feita a oferta de alimentos aos estudantes, as dificuldades encontradas e as soluções implementadas durante o período da suspensão das aulas presenciais na rede pública e o retorno no sistema híbrido, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) elaborou o livro “Pnae em tempos de pandemia: ações inovadoras do Programa Nacional de Alimentação Escolar”.

Na obra estão compiladas informações de 3.434 entidades executoras do Pnae em todo Brasil, sendo 3.376 municípios, 38 Institutos Federais de Ensino, 19 estados e o Distrito Federal. A pesquisa foi realizada em parceria com os Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição do Escolar (Cecanes)

espalhados por todas as regiões do Brasil.

Íntegra

[Pnae em tempos de pandemia: ações inovadoras do Programa Nacional de Alimentação Escolar](#)

Fonte: Casa Civil; Ministério da Educação

Conass solicitou ao Ministério da Saúde que o Governo Federal priorize a aplicação da dose de reforço da vacina contra Covid-19 em idosos acima de 60 anos e imunossuprimidos

O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) enviou ofício, na segunda-feira (13), ao Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, solicitando prioridade na aplicação da dose de reforço da vacina contra a Covid-19 em idosos acima de 60 anos, imunossuprimidos e aqueles que estejam em lares de longa permanência. Pediu, ainda, que seja avaliada a redução do prazo de 6 para 5 meses para a aplicação da referida dose, "visando dar prioridade à estratégia de mitigação da persistência de internações e óbitos em topo o País".

Um dos fundamentos apresentados pelo Conass no pedido seria o das "recentes dificuldades observadas em diversas unidades da federação de disponibilidade da vacina AstraZeneca para a realização da segunda dose" e a "persistência da notificação de casos graves na população já vacinada com 60 anos ou mais". Vale lembrar que o Ministério da Saúde, até o momento, prevê a dose de reforço apenas para os idosos acima de 70 anos.

No documento, o Conass solicitou, também, que o Ministério da Saúde autorize imediatamente as unidades da federação a administrarem doses heterólogas (vacina diferente da utilizada na primeira dose), em situações de "indisponibilidade objetiva do esquema homólogo".

O Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, Carlos Lula, ressaltou que: "o momento exige unidade nacional nos atores tripartites e que a postura adequada para o momento é de buscar caminhos seguros e concretos para a plena cobertura vacinal da população brasileira".

Íntegra

[Ofício Conass nº 359/2021](#)

Fonte: Conselho Nacional de Secretários de Saúde

Nota técnica alertou que é preciso melhorar a inclusão de dados sobre vacinação no Brasil

Pesquisadores do Instituto de Comunicação e Informação Científica em Saúde (Icict) da Fiocruz elaboraram a Nota Técnica nº 20 do sistema MonitoraCovid-19, intitulada "[Qualidade dos dados de vacinação nas unidades de saúde de atendimento para Covid-19](#)", na qual apontam que os dados sobre vacinação no Brasil estão bastante incompletos no Sistema de Informação da Vigilância Epidemiológica da Gripe (Sivep-Gripe).

De acordo com os pesquisadores, que analisaram os registros de notificação de casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), o sistema contém as variáveis necessárias para o monitoramento da

pandemia em diversos aspectos, como as tendências sócio-demográficas de casos e óbitos e a efetividade da vacinação. Entretanto, essas variáveis não vêm sendo devidamente preenchidas pelas equipes de Saúde, tanto da rede pública quanto do setor privado.

É grande a quantidade de registros sobre pacientes que tomaram a primeira e a segunda dose da vacina e que não foram preenchidos ou que trazem apenas a palavra “ignorado”.

Os dados analisados no estudo foram as novas variáveis inseridas no Sivep-Gripe após o início da vacinação, que passaram a ser preenchidas no momento da hospitalização. Nessas novas variáveis, as unidades de saúde públicas e privadas informam se o paciente com SRAG foi vacinado, qual a data da primeira e da segunda dose da vacina e a numeração dos lotes de ambas as vacinas.

Apesar da importância do preenchimento dessas informações, a maioria dos registros está incompleta, vazia ou com erros. Em estados como Amapá e Mato Grosso do Sul, por exemplo, foi informado ao Sivep-Gripe que mais de 90% dos pacientes internados estavam vacinados. Porém, apenas 6% (AP) e 21% (MS) dos registros trazem a data da primeira dose, na maioria dos casos, o campo foi preenchido com a palavra “ignorado”. Situações similares se repetem nos lançamentos em demais estados, com diferentes proporções.

Fiocruz procedeu à remessa de mais doses de vacina contra a covid-19 para incorporação ao PNI

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) entregou, entre terça (14) e sexta-feira (17), mais 4,5 milhões de doses da vacina AstraZeneca para incorporação ao Programa Nacional de Imunizações (PNI). Com a remessa, a Fiocruz atingiu, no total, a marca de 96,5 milhões de doses disponibilizadas para consecução da Campanha Nacional de Vacinação contra a Covid-19.

Fiocruz divulgou Boletim InfoGripe atinente à 36ª Semana Epidemiológica (5/9/2021 a 11/9/2021)

Com base em dados do Sivep-Gripe, plataforma que registra as notificações relativas à Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), foi produzido pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e demais parceiros, o [Boletim InfoGripe](#) atinente à Semana Epidemiológica 36 (5/9/2021 a 11/9/2021).

A publicação apresenta, dentre outras informações, o atual cenário dos casos e óbitos por SRAG no país, evolução dos casos e óbitos por faixa etária, nível de transmissão comunitária de vírus respiratórios, bem como verificação da tendência dos novos casos até a SE 36.

Fonte: Fundação Oswaldo Cruz

Butantan: Por que a variante delta passou a preocupar países já avançados na vacinação, como Estados Unidos, Israel e Reino Unido?

O Instituto Butantan publicou análise sobre o que aconteceu com países como Israel e Reino Unido que, com campanhas de imunização já adiantadas e a maioria da população com o esquema vacinal completo, viram os casos da doença voltarem a aumentar, após o relaxamento de restrições. Nos Estados Unidos,

segundo a instituição, a variante delta revelou o grande risco a que está exposta a população não vacinada.

Israel

De acordo com o Butantan, o número de casos de covid-19 em Israel chegou a quase 1 (um) milhão no pico da pandemia, em janeiro de 2021. O país havia começado sua campanha de vacinação em dezembro de 2020, usando imunizantes feitos com a tecnologia de RNA mensageiro (replicação de sequências de RNA por meio de engenharia genética) e se tornou um exemplo mundial de combate ao Sars-Cov-2. Em abril, mais de 60% da população já estava vacinada com as duas doses.

Com a queda de casos devido à imunização coletiva, Israel decidiu reabrir a economia em março e foi o primeiro país do mundo a suspender todas as restrições.

Em abril, a delta foi identificada pela primeira vez no país. Nos meses seguintes, a incidência da variante no total de casos aumentou rapidamente, passando de 5,34% em maio para 97,63% em junho. No último dia de agosto, Israel atingiu o recorde de casos diários de covid-19, com 11 mil novas infecções.

O número de pessoas contaminadas passou de 1,14 milhão e as restrições voltaram a fazer parte do dia a dia dos israelenses. Hoje, a variante delta é predominante no país, sendo responsável por 98,18% dos casos. Contudo, a diferença no número de mortos é significativa. Antes da vacinação, a média semanal era de 7,38 óbitos por milhão de pessoas. Depois da dose de reforço, em setembro, caiu para 3,51.

Israel aplicou a dose de reforço no final de julho, em pessoas com mais de 30 anos, professores, profissionais da saúde, mulheres grávidas, pessoas autoimunes, população carcerária e agentes penitenciários.

Reino Unido

Reino Unido, segundo o Butantan, entre abril e maio de 2020, era o epicentro da Covid-19 no mundo. Com o número de casos e mortes caindo, em razão de mais da metade dos adultos terem sido vacinados até março, o governo começou a reabrir o país gradativamente, até chegar na liberação total do uso de máscaras e na suspensão das restrições para reuniões públicas.

Em abril, com o inverno em alta, a variante delta entrou no Reino Unido e as contaminações voltaram a subir. As hospitalizações começaram a aumentar, principalmente entre os não vacinados. Em junho, os casos de delta mais que triplicaram no país. Na última semana do mês, a delta passou de 35.204 casos para 111.157. Em abril, 1,52% dos contaminados tinham a variante delta; em agosto, este número foi para 99,96%.

O país acelerou o processo de vacinação, chegando a 71% dos adultos com esquema vacinal completo em agosto; decretou quarentena após exposições ao vírus, distanciamento social, redução das viagens e, a exemplo de Israel, também decidiu aplicar uma dose de reforço na população. A redução no número de mortes também foi significativa: em janeiro, a média semanal era de 18,22 a cada um milhão de pessoas e atualmente está em 1,99.

Estados Unidos

No Estados Unidos, a vacinação começou em dezembro de 2020, usando vacinas com tecnologia de RNA mensageiro e adenovírus, e atingiu seu auge em abril de 2021, com 2 (dois) milhões de pessoas vacinadas por dia.

Em maio de 2021, o país flexibilizou o uso de máscaras e o número de casos aumentaram novamente. Hoje, quase 99% das amostras do vírus sequenciadas são da variante delta, e as internações alcançaram o nível mais alto em seis meses. No início de julho, eram 40 casos por dia a cada 1 milhão de habitantes; atualmente, são 490 casos.

Segundo o Butantan estados como Arkansas, Louisiana, Texas e Flórida, onde o índice de vacinação é mais baixo, são os locais com o maior número de contaminados com a variante delta. Além disso, o departamento de saúde pública da Universidade do Estado da Califórnia revelou que até 99% das pessoas que desenvolvem quadros graves da Covid-19 atualmente não tomaram nenhuma dose da vacina.

Diante desse quadro, o Centro de Controle e Prevenção de Doenças norte-americano (CDC) recomendou o aumento da cobertura de vacinação e o uso de máscaras em locais fechados, mesmo para os vacinados.

O país pretende começar a usar dose de reforço com as vacinas de RNA mensageiro.

Em janeiro, a média de mortes era de 10,27 por semana a cada um milhão de pessoas e hoje está em 4,6.

Estudo divulgado pelo Butantan demonstra que dose de reforço da CoronaVac eleva em 17 vezes os níveis de anticorpos capazes de combater a variante Delta do SARS- CoV-2

O Instituto Butantan divulgou, na segunda-feira (13), o estudo "[A third dose of inactivated vaccine augments the potency, breadth, and duration of anamnestic responses against SARS-CoV-2](#)", o qual concluiu que uma dose de reforço da CoronaVac aumenta em 17 vezes o nível de anticorpos neutralizantes contra a variante delta do vírus Sars-CoV-2 em quem já completou o esquema vacinal há seis meses.

O estudo, realizado por pesquisadores da Academia Chinesa de Ciências, Universidade de Pequim, Faculdade de Medicina de Xangai e Sinovac, entre outras instituições, apontou que a dose de reforço da CoronaVac potencializa rapidamente e de forma robusta os níveis de anticorpos neutralizantes contra a proteína S, componente que o SARS-CoV-2 usa para invadir células humanas. Além de aumentar em 17 vezes a proteção contra a delta, a dose de reforço aumenta em 17 vezes o nível de anticorpos neutralizantes contra o vírus original (cepa de Wuhan); em 18 vezes contra a variante alfa; em 19 vezes contra a beta; e em 14 vezes contra a gama.

Foram analisadas amostras de plasma de 66 participantes, incluindo 38 voluntários que receberam duas ou três doses da vacina. A avaliação aconteceu quatro semanas após a administração da dose de reforço, sendo que esta foi aplicada seis meses após os participantes da pesquisa receberem a segunda dose.

Fonte: Instituto Butantan

Brasil apresenta queda nos percentuais das taxas de ocupação de leitos Covid-19 e nas médias móveis de casos e óbitos decorrentes do novo coronavírus

Dados veiculados pelo Ministério da Saúde, na quarta-feira (15), indicaram que as redes hospitalares de 22 unidades da federação apresentaram [taxa de ocupação de leitos Covid-19 \(UTI e clínicos\) inferior a 50%](#). De acordo com o órgão, apenas os estados do Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul registram taxa de ocupação com percentual entre 51% e 69%: "Na prática, a baixa ocupação quer dizer que o sistema de saúde está menos sobrecarregado e registrando menos casos graves ou gravíssimos da Covid-19, ou seja, situações que demandam internações e/ou intervenções médico-hospitalares, o que reflete em um cenário epidemiológico cada vez mais confortável no país. A queda nas taxas de ocupação dos leitos também reflete na maior capacidade de atendimento de casos de urgência e emergência, além de permitir a retomada gradativa e segura de cirurgias e procedimentos eletivos." apontou a pasta.

A [média móvel de casos e mortes](#) decorrentes da covid-19 encontra-se, também, em declínio desde junho de 2021. Segundo o Ministério da Saúde, em 23 de junho, a média móvel de casos foi estimada em 74,7 mil, enquanto a média móvel de óbitos aferida foi de 1,9 mil. Já na terça-feira (14), a média móvel de casos chegou a 17,3 mil, apresentando queda de 76,7%, e a média móvel de óbitos foi registrada em 527,4, com redução de 73%.

[Ministério da Saúde liberou recursos para custeio de leitos de UTI voltados ao tratamento de pacientes acometidos pela covid-19](#)

O Ministério da Saúde liberou, em caráter excepcional, o repasse de cerca de R\$ 1,1 bilhão aos estados, Distrito Federal e municípios para custeio de 24.614 leitos de UTI voltados ao tratamento de pacientes acometidos pela covid-19. A medida foi oficializada por meio da [Portaria GM/MS nº 2.336/2021](#), publicada no Diário Oficial da União, na quarta-feira (15).

[Em coletiva de imprensa, Ministério da Saúde recomendou a suspensão da vacinação contra a covid-19 em adolescentes sem comorbidades](#)

Foi concluído, na quarta-feira (15), o envio de vacinas contra a covid-19 para imunizar, com a 1ª dose, toda a população adulta brasileira – estimada em 158 milhões de pessoas. Após essa etapa, o Ministério da Saúde informou que iniciará o envio de doses para a vacinação de adolescentes, entre 12 e 17 anos, com comorbidades, deficiência permanente e privados de liberdade, e para a imunização de reforço dos idosos acima de 70 anos e de pessoas imunossuprimidas.

Em relação à nova fase da campanha de vacinação contra a covid-19, o Ministério da Saúde realizou coletiva de imprensa, na quinta-feira (16), para [recomendar a suspensão da imunização de adolescentes que não possuam comorbidades](#). Excetuam-se à suspensão, os adolescentes com deficiência permanente e os privados de liberdade incluídos nos grupos prioritários de vacinação pela [Lei nº 14.190/2021](#).

Segundo o órgão, a orientação tem como referência o posicionamento da Organização Mundial da Saúde

(OMS) e da Câmara Técnica Assessora em Imunização e Doenças Transmissíveis: "A orientação é baseada, entre outros fatores, em evidências científicas que consideram o baixo risco de óbitos ou casos mais graves da Covid-19 neste público. Entre os adolescentes, de 15 a 19 anos, que morreram por Covid-19, 70% tinham pelo menos um fator de risco. Entre os mais de 20 milhões de adolescentes brasileiros, apenas 3,4% têm alguma comorbidade, de acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde de 2019. Esse número representa cerca de 600 mil jovens nesta faixa-etária".

Presente na ocasião, o Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, mencionou que o órgão poderá rever o seu entendimento desde que existam evidências científicas sólidas acerca da vacinação desse grupo "O Ministério da Saúde pode rever a sua posição, desde que haja evidências científicas sólidas em relação à vacinação em adolescentes sem comorbidades. Por enquanto, por uma questão de cautela, nós temos eventos adversos a serem investigados. Nós temos essas crianças e adolescentes que tomaram essas vacinas que não estavam recomendadas para eles. Nós temos que acompanhar esses adolescentes".

De acordo com dados veiculados pelo MS, foram registrados 1.545 efeitos adversos ocorridos pós vacinação ainda sem relação causal definida entre os casos e os imunizantes contra a covid-19. Além disso, o órgão afirmou que aguarda a conclusão da investigação de possível evento adverso, com morte, em adolescente de 16 anos, vacinada com o imunizante Comirnaty/Pfizer: "O Ministério da Saúde aguarda a conclusão da investigação de um evento adverso grave pós vacinação, com morte, de uma adolescente de 16 anos, moradora de São Bernardo do Campo (SP), que foi notificado pelo estado de São Paulo nessa quarta-feira (15). Até o momento, não é possível saber se a morte da adolescente, que foi vacinada com a Pfizer/BioNTech, tem relação direta com a vacina ou se ela tinha algum fator de risco. Esse fato será detalhadamente apurado pelas equipes de vigilância do estado e pelo Ministério da Saúde".

Sobre o assunto, o Ministério da Saúde pediu que os secretários de saúde acompanhem as orientações do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 (PNO) e alertou para a necessidade de que os gestores locais do Sistema Único de Saúde (SUS) cumpram as recomendações pactuadas de forma tripartite: "contrariando a recomendação da pasta, cerca de 3,5 milhões de adolescentes já foram vacinados com ao menos uma dose no país, segundo dados da plataforma LocalizaSUS. Há ainda registros de vacinação com outros imunizantes não recomendados pela Anvisa para essa faixa etária, como a Astrazeneca, Janssen e Coronovac. Para esses adolescentes sem comorbidades, que já tomaram a primeira dose da vacina, o Ministério da Saúde não recomenda a conclusão do ciclo vacinal com a segunda dose, até que surjam novas evidências científicas".

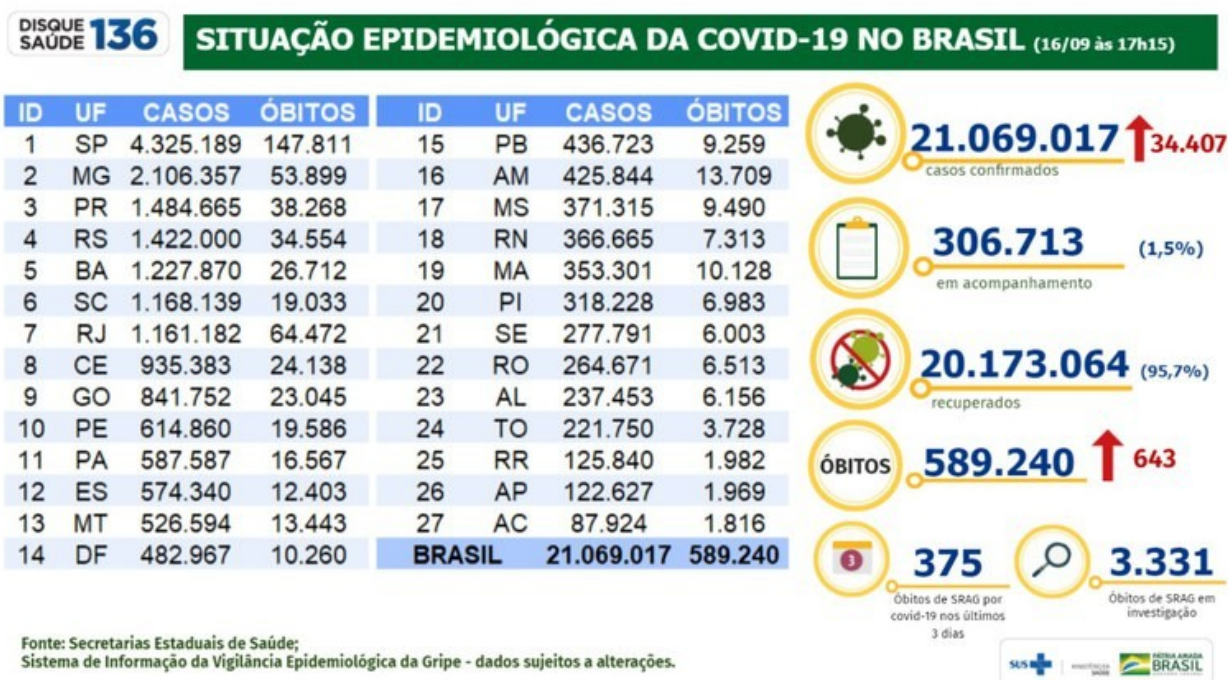
Com a repercussão do posicionamento do Ministério da Saúde quanto ao tema, a [Agência Nacional de Vigilância Sanitária \(Anvisa\)](#), o [Conselho Nacional de Secretários de Saúde \(Conass\)](#), o [Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde \(Conasems\)](#), a [Associação Médica Brasileira \(AMB\)](#) e sociedades médicas ([SBP](#), [SBI](#) e [SBIIm](#)) veicularam notas destacando as evidências científicas concernentes à administração de vacinas contra a covid-19 em adolescentes. Já o [Senado Federal questionou ao Ministério da Saúde](#), estabelecendo prazo de 48h para resposta, a justificativa para o recuo na vacinação.

Panorama da vacinação contra a covid-19 no Brasil (dados extraídos em 17 de setembro de 2021)

- 267.623.559 milhões de doses distribuídas às Unidades da Federação
- 218.651.740 milhões de doses aplicadas
- 140.579.551 milhões de indivíduos foram imunizados com a primeira dose
- 78.072.189 milhões de indivíduos integralizaram o esquema vacinal

Situação epidemiológica do novo coronavírus no Brasil

Dados do Ministério da Saúde, atualizados em 16 de setembro de 2021, informam que o Brasil registra 21.069.017 milhões de casos de infecção pelo novo coronavírus e 589.240 mil óbitos decorrentes da doença.



Fonte: Ministério da Saúde

Acompanhamento e informações relativas à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia

Pauta prevista referente às audiências da CPI da Pandemia, nos próximos dias

- [21/9/2021, às 9h30 – Oitiva do Ministro da Controladoria-Geral da União, Wagner de Campos Rosário](#)
- [22/9/2021, às 9h30 – Oitiva do Diretor Executivo da Prevent Senior, Pedro Benedito Batista Júnior](#)

Para mais informações e consulta às oitivas anteriores, expedientes enviados e recebidos, planos de trabalho, textos e relatórios atinentes à CPI da Pandemia, acesse o [link](#).

Fonte: Senado Federal

Outras notícias de destaque

- [Monitoramento da carga viral do novo coronavírus, por meio de amostras de esgoto, registrou alta no Distrito Federal](#)

Fonte: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

- [Anvisa aprovou a abertura de consulta pública para atualizar resolução que trata da importação de produtos e medicamentos para pesquisa científica ou acadêmica](#)

Fonte: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

- [Municípios cearenses participam da pesquisa de prevalência da infecção por covid-19](#)
- [Pesquisa CovacManaus, realizada com a vacina CoronaVac, apontou que 99,8% dos vacinados apresentaram anticorpos detectáveis após a 2ª dose](#)

Fonte: Conselho Nacional de Secretários de Saúde

- [Conass e Conasems encaminharam ofício à Anvisa para solicitar posicionamento da autarquia sobre a vacinação contra a covid-19 de adolescentes](#)

Fonte: Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde

- [Novo episódio do Podcast CoronaFatos, lançado na sexta-feira \(17\), aborda o tema jovens e a covid-19](#)
- [Pesquisa da Fiocruz avaliou 66 milhões de registros para analisar a efetividade da vacinação em massa contra casos graves da covid-19](#)
- [Boletim BiblioCovid, edição de setembro, apresenta artigos sobre as variantes do vírus Sars-CoV-2](#)
- [Estudo realizado na Suécia com pessoas imunizadas com as vacinas AstraZeneca e Comirnaty/Pfizer, inclusive em regime de intercambialidade, mostrou boa proteção contra as variantes de preocupação após um período de 12 meses](#)

Fonte: Fundação Oswaldo Cruz

- [São Sebastião do Paraíso e Itamogi, localizadas no estado de Minas Gerais, passaram a integrar os ensaios clínicos da vacina ButanVac](#)

- [Com base em dados do Ministério da Saúde, Instituto Butantan noticiou que a CoronaVac auxiliou na redução de 88% dos óbitos por covid-19 entre maiores de 70 anos](#)

Fonte: Instituto Butantan

- [CPI da Pandemia debateu, nesta semana, o momento ideal para encerramento dos trabalhos](#)
- [Marconny Faria passou a ser investigado pela CPI da Pandemia](#)

Fonte: Senado Federal

Diário Oficial da União

Visando a dar publicidade às normas relativas ao enfrentamento do novo coronavírus, confira abaixo alguns atos publicados sobre o tema:

[Aviso de Reunião Participativa nº 4/2021](#) - Comunica a realização de Reunião Participativa, em 20 de setembro, das 9h às 12h, no canal da ANTT no youtube, com o objetivo apresentar os ajustes realizados, pós Audiência Pública, à metodologia de recomposição do reequilíbrio em decorrência dos efeitos extraordinários da pandemia aos contratos de concessão de rodovias federais regulados pela ANTT. A documentação relativa ao objeto do encontro estará disponível, no sítio eletrônico <https://participantt.antt.gov.br/> - Reunião Participativa nº 04/2021.

[Extrato de Contrato nº 98/2021 \(UASG 459932\)](#) – Contratação para execução de apoio logístico, administrativo e de gestão financeira para o projeto "Impacto da pandemia covid-19 nas populações do campo, florestas e águas do Brasil". Processo: 25380.002362/2021-71. Contratante: Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Contratado: Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (Fiotec).

[Extrato de Dispensa de Licitação nº 231/2021 \(UASG 254445\)](#) – Contratação para execução de apoio logístico, administrativo e gestão financeira do projeto "Desenvolvimento de vacinas, terapêuticos e soluções inovadoras no combate à covid-19". Processo: 25386001636202155. Contratado: Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (Fiotec).

[Portaria GM/MS nº 2.336, de 14 de setembro de 2021](#) - Libera, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI - Tipo II) adulto e pediátrico, a estados e municípios, para atendimento exclusivo dos pacientes covid-19.

[Portaria GM/MS nº 2.334, de 14 de setembro de 2021](#) - Cancela autorizações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela covid-19.

[Portaria GM/MS nº 2.338, de 14 de setembro de 2021](#) – Autoriza leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar, em caráter excepcional e temporário, para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela covid-19, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Grupo Coronavírus (COVID-19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Município de Bragança Paulista.

[Portaria GM/MS nº 2.313, de 10 de setembro de 2021](#) - Cancela as autorizações de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela covid-19

[Resultado de Julgamento](#) - Torna público o resultado da Chamada Pública "Estudo de fase 4 para avaliar a imunogenicidade e a segurança de uma terceira dose de reforço heterólogo com a vacina Astrazeneca/Fiocruz, Pfizer/Wyeth ou Janssen em indivíduos previamente vacinados com duas doses de Sinovac/Butantan". As propostas aprovadas encontram-se no link: <http://resultado.cnpq.br/3887207919391072>

[Portaria GM/MS nº 2.343, de 14 de setembro de 2021](#) - Cancela a conversão temporária de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) em leitos de UTI Covid-19.

[Resolução – RDC nº 563, de 15 de setembro de 2021](#) - Dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre os requisitos para a importação e uso de imunoglobulina humana, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SarS-CoV-2.

[Resolução nº 14, de 16 de setembro de 2021](#) - Dispõe sobre a repactuação dos recursos financeiros disponíveis nas contas bancárias vinculadas ao Programa Dinheiro Direto na Escola para o apoio ao retorno presencial das atividades de ensino e aprendizagem, em todos os níveis, etapas, anos/séries e modalidades da educação básica nacional, em decorrência da pandemia ocasionada pela covid-19.

Fonte: Imprensa Nacional

O Giac permanece à disposição pelo e-mail pgr-gabinetecovid19@mpf.mp.br ou pelo telefone (61) 3105-6045.

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19

Fontes de informações atinentes ao novo coronavírus

Ministério Público

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac)
Conselho Nacional do Ministério Público
Ministério Público do Trabalho

Poder Executivo

Agência Nacional de Aviação Civil
Agência Nacional de Energia Elétrica
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Agência Nacional de Saúde Suplementar
Agência Nacional de Telecomunicações
Agência Nacional de Transportes Terrestres
Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Casa Civil da Presidência da República
Conselho Administrativo de Defesa Econômica
Conselho Nacional de Secretarias Municipais
Conselho Nacional de Secretários de Saúde
Conselho Nacional de Saúde
Controladoria-Geral da União
Fundo Nacional de Saúde (Painel de Repasses Covid-19)
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Observatório de Tecnologias Relacionadas à Covid-19)
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Ministério da Cidadania
Ministério da Defesa (Operação Covid-19)
Ministério da Economia
Ministério da Educação
Ministério da Justiça (Relatório Situacional Covid-19)
Ministério de Minas e Energia (Boletim de Monitoramento Covid-19)
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
Ministério das Relações Exteriores
Ministério da Saúde
Ministério da Saúde (Documentos sobre o PNO)
Ministério da Saúde (Localiza SUS)
Ministério da Saúde (Saúde Indígena)
Ministério do Turismo

Presidência da República (Atos normativos sobre a covid-19)

Poder Judiciário

**Conselho Nacional de Justiça
Superior Tribunal de Justiça
Supremo Tribunal Federal**

Poder Legislativo

**Câmara dos Deputados
Senado Federal**

Demais instituições

**Associação Médica Brasileira
Confederação Nacional de Municípios
Conselho Federal de Farmácia
Conselho Federal de Medicina
Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Repositório de decisões, legislação, manifestações da Anvisa, pareceres do Natjud e estatísticas referentes à covid-19)
Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Butantan
Organização Mundial de Saúde
Organização Pan-Americana da Saúde
Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
Tribunal de Contas da União**